SEMINÁRIO INTERDIOCESANO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES - MATER DEI

**ANÀLISE DA IGREJA A PARTI DO VATICANO II TENDO COMO FUNDAMENTO A LUMEN GENTIUM Nº 8**

PEDRO JOSÉ FERREIRA ARAGÃO

Projeto de Pesquisa Apresentado Como Requisito Parcial de conclusão do Curso de Teologia do Centro de Estudos Superiores Mater Dei, da disciplina TCC, ministrada pelo Profº Pe. José da Cruz

Orientador: Prof. Pe. Helton Ribeiro de Oliveira

PALMAS – TO

2009

SEMINÁRIO INTERDIOCESANO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES - MATER DEI

**ANÀLISE DA IGREJA A PARTI DO VATICANO II TENDO COMO FUNDAMENTO A LUMEN GENTIUM Nº 8**

 PEDRO JOSÉ FERREIRA ARAGÃO

 Projeto de Pesquisa Apresentado Como Requisito Parcial de conclusão do Curso de Teologia do Centro de Estudos Superiores Mater Dei, da disciplina TCC, ministrada pelo Profº Pe. José da Cruz

Orientador: Prof. Pe. Helton Ribeiro de Oliveira

PALMAS – TO

2009

**SUMÁRIO**

**I - TEMA.............................................................................................................03**

**II - OBJETO.......................................................................................................04**

**III- PROBLEMA.................................................................................................05**

**IV - JUSTIFICATIVA..........................................................................................06**

**V - OBJETIVO (S).............................................................................................07**

**VI – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.................................................................08**

**VII- METODOLOGIA.........................................................................................09**

**VIII – CRONOGRAMA.......................................................................................10**

**IX - ESTRUTURA PROVISÓRIA.......................................................................11**

**X - REFERÊNCIAS............................................................................................12**

**1 INTRODUÇÃO**

A Igreja não é a Humanidade, mas é constituída por uma parcela significativa desta mesma Humanidade. Isto quer dizer que a Igreja e o Reino de Deus não são realidades coincidentes, embora haja entre estas duas realidades uma relação privilegiada. Na verdade, a Igreja é uma realidade histórica enquanto o Reino, embora esteja a emergir na história, atinge a sua plenitude na transcendência que está para lá da história.

Devido ao seu carácter comunitario de fiéis, a Igreja pertence à História. O Reino, pelo contrário, encontra a sua plenitude na comunhão humano-divina, a qual é eterna e onde já não existem sacramentos. A Igreja nasceu como comunhão orgânica e dinâmica de pequenas comunidades, às quais os Apóstolos chamavam Igrejas. Nestas comunidades a lei era a comunhão fraterna animada pelo Espírito Santo, dizem os Atos dos Apóstolos: “As Igrejas gozavam de paz (…). Cresciam e fortaleciam-se, vivendo no temor do Senhor, repletas da consolação do Espírito Santo” (At 9, 31).

Devido à união orgânica que existe entre Cristo e as comunidades cristãs, São Paulo diz que as comunidades são o Corpo de Cristo. Falando assim, São Paulo queria dizer que a união entre os crentes não pode existir se não estiver fundamentada em Cristo ressuscitado.

O Concílio Vaticano II descreve a ligação sacramental da Igreja a Cristo, dizendo que esta é o sinal de que a História Humana entrou na plenitude dos tempos, isto é, na fase dos acabamentos. Ao falar da plenitude dos tempos, o Concílio quis dizer que a Humanidade está na fase da divinização. Em outras palavras, graças à Encarnação do filho de Deus, o divino enxertou-se no humano, a fim de a Humanidade ser divinizada.

A Igreja está chamada a ser o sinal visível desta união orgânica da Humanidade à Divindade, como diz o Concílio Vaticano II: “A luz dos povos é Cristo. Por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar a todos os homens com a luz deste mesmo Espírito. Esta luz resplandece no rosto da Igreja, a qual está chamada a anunciar o Evangelho a toda a criatura” (LG 1).

A Fé na missão de Igreja é parte integrante da Fé em Jesus Cristo Ressuscitado que é cabeça da mesma Igreja. Como sacramento do plano universal da salvação de Deus, a Igreja exprime o insondável desígnio da bondade e sabedoria de Deus que nos chamou à participação da vida divina (LG 2). A Igreja é a explicitação e corporização deste projeto amoroso de Deus em favor de toda a Humanidade. Mas é também a mediação de comunicação e encontro do Senhor ressuscitado e do seu Espírito com o mundo.

Como sabemos, a pessoa humana, na sua realidade essencial é eterna, pois é uma realidade espiritual. Mas esta realidade espiritual comunica-se com os outros através do corpo. Eis a razão pela qual Cristo faz da Igreja o seu corpo, isto é, mediação de encontro com o mundo. Por outras palavras, a Igreja é mediação para poder acontecer o encontro entre Cristo e o mundo.

O Concílio ainda nos diz que a dignidade do homem e a sua verdade estão na sua vocação à comunhão com Deus (GS 19a). Além disso, esta comunhão é realizada historicamente, de modo singular, em Jesus Cristo (LG 2). O Filho de Deus assume a natureza humana para nos fazer participar da natureza divina, acrescenta o mesmo Concílio. Ao encarnar, o filho de Deus uniu-se organicamente à Humanidade tornando possível, deste modo, a plena realização fundamental do ser humano, isto é, ser incorporado na Comunhão da Santíssima Trindade.

A Igreja é a mediação desta atualização da reconciliação com Deus na marcha da História. O mistério da Igreja não cabe em uma única definição, pois são muitos os elementos de que é constituída como veremos. O essencial, portanto, não é a sua estrutura, mas a sua essência e o seu mistério, pelos quais a Igreja tem origem e pela qual vive. O primeiro capítulo da Lúmen Gentium diz que se trata da realidade transcendente da salvação que se revela e manifesta de modo visível na Igreja (LG 8b). A Igreja é uma assembleia visível e uma comunidade espiritual.

Portanto, a Igreja como Corpo de Cristo constitue uma unidade sacramental e orgânica. Na sua raiz mais profunda é por essência, carismática, porque o Espírito santo está na sua origem e a constitui (LG 4a). É o Espírito quem a conduz e a garante na comunhão. A “instituição” na Igreja, sendo uma realidade humana, tem, todavia, origem no dom sobrenatural do Espírito em ordem à utilidade comum. A Igreja é uma realidade espiritual, mas também social. É ao mesmo tempo uma realidade carismática e também institucional. Tudo nasce de Deus mediante os dons do Espírito Santo.

**2 A IGREJA COMO PROJETO DE SALVAÇÃO**

2.1 O DEUS QUE SE REVELA POR MEIO DA CRIAÇÃO E HISTÓRIA

Antes de tudo precisamos compreender o que vem a ser Revelação: Quando o homem pensa em revelar, o que vem a sua mente?

Revelar é trazer algo a descoberto, ou seja, tirar o véu, ou mesmo descobrir. Conforme Baraúna (1994, p. 1945), revelação é a automanifestação e autodoação de Deus em Jesus Cristo na historia, isto é, com mediação de acontecimentos com gestos interpretados pelas testemunhas autorizadas por Deus.

Podemos então falar da revelação de Deus como Ele se desvendando para nós. Ele mostrando-nos aquilo que era oculto, ou mesmo trazendo a visão aquilo que nossos olhos não podiam ver. É Deus encontrando-nos totalmente ignorantes e dando-nos conhecimento. Não adianta, pela nossa tentativa humana, conhecer Deus. Especulação em relação a revelação não se sai muito bem. Quando temos o anseio de queremos conhecer Deus, temos que depender da sua revelação a nós. É ele que nos dá revelação sobre si mesmo. Deus se revela de várias maneiras, não temos também como colocar Deus em moldes humanos para tentar entendê-lo.

Encontramos sua revelação através da sua criação, na natureza, até mesmo por sonhos e visões – presentes nas Sagradas Escrituras. A história é a nossa maior fonte de compreensão acerca da revelação de Deus, por meio do estudo da história vamos vendo Deus tornando-se manifesto aos povos antigos a ponto de se chegar a até nós. Vejamos um pouco a história dos israelitas. Eles viam Deus, como um Deus da nação, que agia na sua vida individual (Sl 147,19 “anuncia sua palavra a Jacó, seus estatutos e normas a Israel”), eles viam o Deus que lhes falava por meio dos profetas (ISm 3, 19: “ Samuel cresceu. Iahweh estava com ele, e nenhuma das palavras que lhe dissera deixou cair em terra. Todo o Israel soube, desde Dã até Bersabéia, que Samuel estava confirmado como profeta de Iahweh”.) revelando a eles seu caráter cheio de amor e misericórdia (Is 6, 3 : “eles clamavam uns para os outros e diziam: Santo, santo, santo é Iahweh dos exércitos, a sua glória enche toda a terra”). Israel acreditava que ele era povo escolhido de Deus Dt 7, 7-8:

Se Iahweh se afeiçoou a vós e vos escolheu, não é porque serdes mais numerosos de todos os povos – pelo contrario: sois o menor dentre os povos! – e sim por amor a vós e para manter a promessa que ele jurou aos vossos pais; por isso Iahweh te fez sair com mão forte e te resgatou da casa da escravidão, da mão do poder do faraó, rei do Egito. Saberás, portanto, Iahweh teu Deus, é o único Deus, o Deus fiel, que mantém a aliança e amor por mil gerações, em favor daqueles que o amam e observam os seus mandamentos.

Quando Deus reclamava sobre culto e os convida para reconhecê-lo como o único Deus, era para eles que reclamava, assim como amor e vida social. Deus haveria um dia de Julgar os povos e nações, estabelecer um reino de justiça. Seu propósito final para os homens era, portanto, a salvação e, para esse fim, escolhera a Israel para ser seu servo, o qual deveria levar todos os homens a relação verdadeira de criatura com Criador. Como, porém, Israel estava entregue ao pecado (da desobediência), para ser executado o plano da salvação, Deus prometera levantar seu povo que continuava nas trevas e viviam oprimido, um libertador.

 Com a vinda de Jesus Cristo deu-se cumprimento a toda revelação, ou seja, não há nada mais para ser revelado apenas compreendido. Sem duvida alguma a maior fonte de revelação divina está em Jesus Cristo. Jesus é a revelação viva de Deus. Jesus tornou-se humano para podermos entender seu caráter de amor e misericórdia para com sua criação.

Deus fala conosco, assim como falamos uns com os outros, fala de si mesmo, fala de seus planos, assim Ele cumpre seu propósito para com a vida do homem. Ele nos ensinar como caminhar em santidade com Ele, em direcionar nossos passos, aconselha-nos, adverte-nos, faz-nos promessas.

Sem essa prévia revelação de Deus a nós, jamais saberíamos quem Ele é. Chegamos então à conclusão, que se somos finitos e Deus é infinito, jamais poderemos conhecer Deus se Ele mesmo não se fizer conhecido a nós.

2.1.1 A Revelação na Bíblia

A Bíblia se resume em trazer Deus ao conhecimento do homem, é quando Deus começa a falar com o homem, e fazer seus tratados com o mesmo. Deus falava diretamente com Adão e Eva no jardim do Éden, com Caim, Noé, Abraão, Isaac, Jacó, Moisés e também aos seus profetas. Moisés podemos o chamar de porta voz de Deus, pois através dele Deus falou a todo povo de Israel. Mostrou ao povo no deserto suas promessas e também sua aliança. Toda vez em que Deus falava, na antiga aliança, falava por meio de seus profetas.

2.1.2 A Revelação Geral

 Como já mencionamos, Deus se revela por meio natural, da história pela Tradição, Escrituras e o Magistério. Tudo que se manifesta de Deus, manifesta-se por meio de sua Mão. Olhando para essa revelação geral, podemos dizer que todo o ser humano pressupõe a existência de Deus. Até mesmo o que se denomina ateu. Não podemos nos esquecer de que Deus nunca deixa seu povo sem uma testemunha de sua verdade.

Pare, Olhe, Escute, essa é uma frase muito conhecida por nós. Então devemos parar de procurar Deus em qualquer lugar, como, pensamentos, meditações, fantasias, até mesmo por meio de nossos sentimentos, pois seu meio de conhecimento é somente sua revelação a nós.

Portando concluímos que Deus atrai-nos, revela-se-nos e mostra-nos o Seu desígnio, de Quem nos criou para atingirmos a perfeição do amor, na caridade, e a plenitude da comunhão com Ele e com os irmãos. Ao descobrirmos a radicalidade do Seu desígnio de amor em Jesus Cristo, percebemos que já nos criou por amor e para o amor – a essas potencialidades da criação chamamos natureza – e que nos atrai continuamente para um amor maior, desígnio explicitado na sua Palavra. Porque nos atrai, nos interpela e nos chama, os caminhos do amor são uma vocação e toda a vocação cristã é um caminho de amor.

Daí nos perguntamos qual o maior ato de amor de Deus para com o homem? Alguns afirmam que foi o sacrifício da cruz. Sem sombra de dúvida é claro e evidente que a entrega total de Jesus até as suas últimas conseqüências na cruz foi um grande ato de amor, conforme está escrito: “ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15,13). Mas o primeiro ato de amor de Deus para com o ser humano foi a criação do homem.

Quando afirmamos que Deus se revela na criação devemos ter o grande cuidado para não cairmos no panteísmo: “na criação encontramos Deus. Pois tudo é Deus, embora em uma escala menor de santidade” (II Colóquio Internacional Benedictus de Spinoza; 16 a 20 de novembro de 2009; Emanuel Angelo da Rocha Fragoso (Coordenador Geral). – Fortaleza: EDUECE, primavera de 2009.).

Queremos voltar nossa atenção maior para a criação do homem. A vida é uma comunicação do amor de Deus. Ninguém é capaz de dar a vida, ao menos a si mesmo.

2.1.3 Deus se Revela na História

O coração de Deus está constantemente voltado para o homem, o qual, em seu desígnio de pura bondade criou-o livremente para fazê-lo participar de sua vida bem aventurada. Eis por que, desde sempre e em todo lugar, Deus está perto do homem chamando-o e ajudando-o a procurá-lo, a conhecê-lo e a amá-lo. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade de sua família.

2.2 O ETERNO ENTRA NO TEMPO; AÇÃO HISTÓRICA DE DEUS

Fazendo uma análise das Sagradas Escrituras, à luz da fé, concluímos que Deus sempre agiu na história do seu povo, sobretudo através das intervenções por meio dos Patriarcas e os Profetas.

Jesus Cristo – Aqui se encontra o ponto mais alto e definitivo da Revelação Divina. Nada há mais a ser revelado. Com o passar da história são descobertas verdades que estão em conexão com a Revelação feita por Cristo Hb 1,1-4:

Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos nossos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e pelo qual fez os séculos. É ele o resplendor de sua glória e a expressão de sua substância; sustenta o universo com poder de sua palavra; e depois de ter realizado a purificação dos pecados, sentou-se nas alturas a’ direita da Majestade, tão superior aos anjos quanto o nome que herdou excede o deles.

Tudo o que Deus fez por meio de homens convocados para uma missão, continua fazendo agora por meio do seu Filho, que enviou como Redentor quando os tempos se cumpriram. Nele e por Ele, chama os homens a se tornarem, no Espírito Santo, seus filhos adotivos, e, portanto os herdeiros de sua vida bem-aventurada.

Quem continua a missão de Cristo? Afim de que o chamado de Deus ressoe pela terra inteira, Cristo fundou a sua Igreja como o serviço divino à humanidade.

É evidente que com o cristianismo Deus continue agindo, sendo agora, através de sua Igreja, constituída por Ele para continuar neste mundo a missão de Cristo, o Deus que se fez Homem para revelar Deus aos homens e revelar ao homem quem é o próprio homem.

Portanto, a primeira parte da Constituição dogmática: Lumen Gentium nos mostra que a Igreja é de fato algo que brota do coração do Pai, ou seja, faz parte do seu grande plano de amor para com a humanidade. Este plano foi prefigurado no AT, realizado por meio de Cristo e atualizado na história pelo ministério da Igreja na força do Espírito Santo. Estes três pontos são importantes para uma compreensão divina da Igreja.

* 1. JESUS: O FUNDAMENTO DA IGREJA

No meio da humanidade que caminha numa visão exclusivamente racional há um questionamento comum: Jesus fundou a Igreja? Uma resposta para esta pergunta não é tão simples como se imagina, quer seja em termos históricos, quer sistemáticos. Antes de se responder, é preciso se esclarecer o sentido exato da pergunta. Isto porque os dois conceitos principais que nela aparecem, ***“Igreja”*** e ***“fundação***”, podem ter muitos significados. Eles podem apresentar conteúdo e abrangência diferentes.

Contudo, os cristãos que caminham à luz da fé e da razão, sempre tiveram convicção de que Jesus não só é o fundamento da Igreja, mas que ele mesmo quis *constituir uma Igreja e de fato a fundou*. Diz-nos Boaventura Kloppenburg no seu livro intitulado Minha Igreja. p. 16: “Ela nasceu da livre decisão do Senhor e teve sua existência ao dom que Jesus fez de sua vida terrestre, que culminou na cruz e teve seu acabamento na sua glorificação”.

Portanto, nos é claro e evidente que a igreja possui uma realidade visível, mas também espiritual sustentada pelo próprio Senhor:

Cristo, Mediador único, constituiu e sustenta indefectivamente sobre a terra, como organismo visível, a sua igreja santa, comunidade de fé, de esperança de caridade, e por meio dela comunica a todos a verdade e a graça. Contudo, sociedade dotada de órgãos hierárquicos e corpo místico de Cristo, assembléia visível e comunidade espiritual, Igreja terrestre e Igreja já na posse dos bens celestes, não devem considerar-se como duas realidades, mas constituem uma única e complexa, em que se fundem dois elementos, o humano e o divino. (Lumem Gentium 8).

* + 1. O Que Diz o Concílio Vaticano II?

Se acompanharmos a doutrina contida no Concílio Vaticano II iremos ratificar de forma patente e clara que a Igreja brotou de Cristo: “A Igreja foi fundada por Deus através de Jesus Cristo como instituição necessária” (LG 14/38; “A Igreja foi fundada no tempo por Cristo Redentor” (GS 40/322); “O Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja” (UR 1/751); “Ele fundou sua Igreja como sacramento da Salvação” (AG 5/871). Também isto é o que atesta o documento da III Conferência Geral de 1979, em Puebla:

A Igreja é inseparável de Cristo, porque Ele mesmo a fundou por um ato expresso de sua vontade sobre os Doze (Apóstolos), cuja cabeça é Pedro, constituindo-a sacramento universal e necessário de salvação. A Igreja não é um ‘resultado’ posterior nem uma simples conseqüência ‘desencadeada’ pela ação evangelizadora de Jesus. Com certeza nasce desta ação, mas de modo direto, pois é o próprio Senhor que convoca seus discípulos e lhes comunica o poder de seu Espírito, dotando a comunidade nascente de todos os meios e elementos essenciais que o povo católico professa como de instituição divina. [...] Jesus aponta a sua Igreja como caminho normativo. Não, pois, à descrição do homem aceitá-la ou não, sem conseqüências: ‘Quem vos ouve a mim ouve; quem vos rejeita a mim rejeita’ (Lc 10,16), disse o Senhor aos seus Apóstolos. Por isto mesmo, aceitar a Jesus Cristo é aceitar sua Igreja.

Na verdade, podemos assegurar, com muita confiança, que Jesus Cristo foi o fundador da Igreja, tendo em vista os mais variados pronunciamentos oficiais da Igreja, conforme vimos acima. Contudo, é válido salientar, que quando se afirma que Jesus ***fundou*** a Sua Igreja, não podemos imaginar esta ***fundação*** no sentido Jurídico que se compreende hoje este termo, ou seja, não existe local, data exata nem ata de instituição. O que de fato podemos reconhecer são os elementos preparatórios desenvolvidos por Jesus em várias etapas sucessivas.

* 1. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A IGREJA

2.4.1 O Que Diz a Bíblia sobre Jesus Como Fundador da Igreja?

Biblicamente podemos identificar seis momentos principais, nos quais Jesus preparou a Sua Igreja:

***Pregando o Reino*** – O Senhor Jesus iniciou a Sua Igreja pregando a Boa Nova do Evangelho, isto é, o advento do Reino de Deus (cf. LG.5/5). As promessas do Antigo Testamento referente ao Povo de Deus e que se pressupõem na pregação de Jesus e conservam toda a sua força salvífica.

***Escolha dos doze*** – Enquanto Jesus desempenhava o ofício de pregador do Reino de Deus, escolhia os Apóstolos e os preparava para que fossem continuadores da obra salvífica do Pai, conforme os relatos bíblicos: Mt 10, 14; Mc 3, 13; Lc 6.

***Envio dos doze*** - Depois da escolha e de uma determinada convivência e adesão aos ensinamentos da Boa-Nova da salvação, Jesus enviava os Apóstolos como ele mesmo tinha sido enviado pelo Pai (Jo 17, 18), isto é, como criadores da santidade na multidão dos fiéis. Este fato está totalmente separado da escolha, em termos de localização bíblica: Mt 28, 19-20; Mc 6, 7; Lc 9. No momento do envio, Jesus manifestava todas as coisas que tinha ouvido do Pai (Jo 15, 15); indicava-lhes o chefe e seu Vigário na terra (cf. Mt 16, 18-19); designava também o Batismo (cf. Jo 3, 5), com o qual aqueles que tivessem crido, teriam sido incluídos no Corpo da Igreja.

Portanto, para que a Obra da Redenção, preparada pelo Pai Eterno, perpetuasse para sempre e para que os homens continuassem sendo chamados para fazer parte da vida divina, Cristo enviou os apóstolos que escolhera, dando-lhes o mandato de anunciar o Evangelho (Mt 28, 19-20).

***Instituição da Eucaristia*** – O fato histórico de que Jesus, na instituição da Ceia e na paixão e morte, livremente assumidas, persista em pregar o Reino Universal de Deus, que consiste no dom de sua vida a todos os homens, é um dos elementos de fundamental importância na instituição da Igreja.

***O Mistério da Cruz*** – A teologia católica afirma que a Igreja nasceu do lado de Cristo traspassado pela lança do qual correu ***água e sangue*** (cf. Jo, 19, 34), os elementos principais do cristianismo. A água como elemento fundamental do Batismo, sacramento, pelo qual nos tornamos pertencente a família de Deus; o sangue, elemento essencial da Nova Aliança selada em Cristo. Esta visão teológica não resulta de um aprimoramento recente da doutrina católica, desde a época dos Santos Padres encontramos registros que asseguram esta afirmação teológica. Em se tratando do lado aberto de Cristo, diz Santo Ambrósio: “Agora é edificada, agora é formada, (...) agora é figurada, agora é criado (...), agora, a casa espiritual ergue-se em sacerdócio santo” (Bernardo BARTMANN. Teologia Dogmática, Vol. II – A Igreja. p. 536).

***A vinda do Espírito Santo (At 2, 1s)*** – Consumada a obra que o Pai confiara ao Filho para que ele a realizasse na terra (cf. Jo 17, 4), no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para santificar continuamente a Igreja e assim dá aos crente acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2, 18).

Como a Igreja também é “convocação de salvação para todos os homens, é por sua natureza missionária e enviada por Jesus Cristo para todas as nações” (Boaventura Kloppenburg no seu livro intitulado Minha Igreja. p. 16). Na verdade, a Igreja, enviada por Cristo a todas as gentes para ser um sacramento universal de salvação, ocupa um lugar muito especial na história da humanidade. Com efeito, o mandato missionário do Senhor tem sua fonte última no amor eterno da Santíssima Trindade. Deste modo podemos afirmar que a Igreja está no mundo com uma missão divina. Portanto, apesar de contar com os elementos humanos, a Igreja se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai, donde asseguramos que o fim último do serviço da Igreja não é outro senão fazer os homens participarem da comunhão que existe entre o Pai e o Filho em seu Espírito de amor.

Diante do exposto acima não há dúvidas de que a Igreja foi realmente fundada por Cristo. Contudo, se faz necessário ressaltar o seguinte: cada fato isolado não representa muita coisa com relação à origem da Igreja. O que realmente leva todos os fatos a serem considerados o conjunto que autentica a Igreja oriunda de Cristo, é o “poder de Deus manifestado em sua plenitude na ressurreição Cristo e na missão escatológica do Espírito. Portanto, a origem da Igreja não está na pessoa histórica de Jesus, mas a obra de Deus nEle é a raiz histórica da Igreja” (Dicionário de Teologia: Educação-Imortalidade. Vol. II, p. 359).

Cuidado! O conceito de fundação da Igreja que deve ser eliminado por completo é aquele que apenas aponta a reunião dos que seguiram Jesus e acreditaram nele como sendo a origem da origem da Igreja. É claro e evidente, sobretudo quando olhamos os fatos históricos com olhos da fé, que a origem da Igreja é Jesus como nos atesta o Dicionário de Teologia:

Hoje se admite geralmente que a Igreja não se formou através do livre e gradual associar-se daqueles que criam em Cristo, e, portanto, das comunidades particulares; mas que existiu imediatamente depois da Páscoa, com a consciência de ser uma criação divina. (Dicionário de Teologia: Educação-Imortalidade. Vol. II, p. 359).

#### 2.4.2 A Igreja Apresentada nos Evangelhos

Encontramos fundamentos bíblicos da Igreja nos quatro Evangelhos. Cada um apresenta elementos eclesiológicos, que juntos, justificam de modo geral a estrutura da Igreja, conforme compreendemos hoje:

***Evangelho segundo Mateus*** – Este nos mostra uma parte da estrutura da Igreja, a qual denominamos de hierarquia. Aqui se encontra a imposição do nome de Simão Pedro, o lugar saliente a ele reservado no círculo dos discípulos e sua missão. Jesus dá o poder (no sentido serviçal) a Pedro para que ele edifique, de modo visível, a Sua Igreja na terra, conforme está escrito: “Também te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligadonos céus” (Mt 16, 18-19). Trata-se aqui de uma concepção fundamental sobre o serviço. É Muito evidente que o apostolado de Pedro era com base na diakonia (serviço) e não na dominação. Outra passagem deste Evangelho que nos mostra o poder serviçal dado aos Apóstolos é quando Jesus envia-os para a missão de anunciar o Reino de Deus: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as (...) e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. (...)” (Mt 28, 19-20).

***Evangelho segundo Marcos*** – Aqui a Igreja aparece num sentido embrionário. O evangelista apresenta alguns grupos, tais como: o grupo dos doze, o grupo dos três (na transfiguração, no anúncio da paixão).

***O Evangelho segundo Lucas*** – aqui o evangelista não apresenta o tema específico da Igreja de modo direto, mas mostra a Igreja com elementos da universalidade da salvação, ou seja, a Igreja é aberta para todos: “E toda carne verá a salvação que vem de Deus” (Lc 3,6). Daqui que se conclui que a Igreja não se resume na estrutura hierárquica.

***Evangelho segundo João*** – Neste evangelho encontramos a idéia de uma Igreja como comunidade fraterna. Esta visão está baseada em três pontos principais:

**Serviço** – O lava-pés (Jo 13) é considerado, na teologia católica, o maior exemplo de serviço que a Igreja deve absorver em toda sua estrutura. A ação serviçal de Cristo é indicada por ele mesmo como exemplo a ser seguido: “se, portanto, eu, o Mestre e Senhor, vos lavei os pés, também deveis lavar-vos os pés uns dos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13, 14-15).

**Novo mandamento: o amor** – A lei antiga foi substituída pelo mandamento do amor: “Dou-vos um mandamento novo: Que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros” (Jo 13, 34).

**Cumprimento da promessa: envio do Paráclito –** O evangelista apresenta Jesus prometendo o Paráclito aos seus Apóstolos: “Mas o Paráclito, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará tudo e vos recordará tudo quanto eu vos ensinei” (Jo 14, 26). Este mesmo evangelista, noutra passagem, descreve Jesus enviando os Apóstolos em missão e derramando sobre eles o Espírito Santo prometido: “(...) soprou sobre eles dizendo: recebei o Espírito Santo, (...)” (Jo 20, 22).

Ao término desta parte, nos resta a seguinte conclusão: Partindo do principio de que Jesus é o Servo de Deus prometido no AT e ao mesmo tempo é o fundador da Igreja, a existência desta só tem sentido por conta da sua essência serviçal herdada do seu fundador. Conseqüentemente, qualquer ministério da Igreja só tem sua razão de ser quando está baseado no serviço.

**3 A IGREJA COMO O SERVIÇO DIVINO Á HUMANIDADE**

3.1 A IGREJA QUE SERVE NA “FORÇA DO ESPÍRITO SANTO”

Antes de falarmos sobre o Espírito Santo na vida da Igreja, é necessário um esclarecimento, que julgamos ser de fundamental importância, sobretudo para evitar a falsa compreensão de que o Espírito Santo só apareceu no tempo da Igreja, o que seria um grande erro dentro da teologia da Santíssima Trindade. Com a Revelação divina sabemos que o Espírito Santo é a terceira Pessoa as Trindade Santa, mas não podemos esquecer que o Espírito operava antes do tempo da Igreja. Operava de modo particular na antiga Aliança, iluminando e conduzindo o povo eleito pelo caminho que levava a história antiga rumo ao Messias. Operava nas mensagens dos profetas e nos escritos de todos os autores inspirados. Operou, sobretudo na encarnação do Filho. O Espírito Santo operou no Messias e em torno dEle desde o momento que Ele iniciou a sua missão messiânica em Israel, conforme encontramos nos textos bíblicos sobre a teofania no momento do Batismo no Jordão e as suas declarações na Sinagoga de Nazaré. Mas desde aquele momento e ao longo da vida de Jesus, as expectativas acentuavam-se e renovavam-se as promessas da futura e definitiva vinda do Espírito Santo.

É o próprio Jesus que antes de sua ascensão diz aos Apóstolos: “E eu vou mandar sobre vós o que meu Pai prometeu. Entretanto, permanecei na cidade até serdes revestidos com a força lá do Alto” (Lc 24,49). Nos Atos dos Apóstolos, o evangelista Lucas repete esta mesma recomendação (cf. 1,4). Assim, entendemos que Jesus pretende preparar diretamente os Apóstolos para o cumprimento da promessa do Pai. De fato, durante toda a atividade messiânica de Jesus foi uma preparação para o tempo da Igreja que havia de ter início depois da sua partida.

3.2 PENTECOSTES, COMO A MANIFESTAÇÃO DA IGREJA A SERVIÇO DA SALVAÇÃO

Jesus anunciou aos Apóstolos que tempo da missão para construir o Reino de Deus, que constitui a essência do serviço da Igreja seria iniciado com a descida do Espírito Santo: “mas ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judéia e Samaria e até os confins do mundo” (At 1,8). Portanto, fica claro que o envio do Espírito Santo foi em vista da missão confiada aos Apóstolos, donde podemos afirmar que o agir da Igreja não é uma ação por conta própria, mas é serviço na força do Espírito Santo.

Quando chegou o dia de Pentecostes, os Apóstolos, que juntamente com a Mãe do Senhor estavam reunidos em oração, tiveram a demonstração de que Jesus agia em conformidade com o que anunciara, isto é, presenciaram o cumprimento da promessa do Pai. Era o Espírito Santo que dava início à missão da Igreja instituída para todos os homens. De fato, foi exatamente no dia de Pentecostes que Cristo glorificado derramou o seu Espírito para encher de vida divina os Apóstolos e todos os crentes. E assim foi o inicio e o crescimento da Igreja.

O Pentecostes narrado nos Atos dos Apóstolos (At 2) é o ponto central da manifestação da Igreja que Jesus fundou para congregar o povo da Nova Aliança, selada em seu Sangue. Na verdade, Jesus começou a construção de sua Igreja quando, em suas pregações expôs seus preceitos; completou-a quando, após sua crucificação, foi glorificado; manifestou-a e promulgou-a quando enviou o Espírito Santo sobre seus apóstolos. Assim escreveu o Papa Leão XIII (BARTMANN, 1964, p. 536): “A Igreja, que, já concebida, tinha nascida do mesmo costado do segundo Adão, adormecido na cruz, apresentou-se pela primeira vez aos homens de maneira luminosa no dia soliníssimo de Pentecostes”.

3.3 A IGREJA E O ESPÍRITO SANTO NA VISÃO DE LUCAS

A manifestação da Igreja ao mundo, como um sinal de salvação para toda humanidade, é tratada de modo muito especial por Lucas. Ele enfatiza a promessa feita por Jesus: enviar o Espírito Santo após a sua paixão e a sua ressurreição. Para Lucas, a Igreja não nasceu simplesmente pela continuidade dos discípulos que tinham conhecido a Jesus. A Igreja não pode ser entendida com uma criação nascida da memória de Jesus, pois esta foi insuficiente. Foi necessária uma segunda [[1]](#footnote-1) vinda do Espírito Santo.

Ora, a segunda vinda do Espírito Santo, a visita manifestadora da Igreja e da libertação do mundo, foi um fenômeno que levou o ser humano a ter um novo relacionamento com Deus. Lucas insiste em mostrar que em cumprimento do mandato do Senhor, a experiência do dia de Pentecostes foi renovada várias vezes: no momento da primeira perseguição (At 4, 24-31), no momento da abertura da Igreja para a Samaria (cf. At 8,14-17), na abertura para a Igreja aos pagãos (cf. At 10,44-47), no início da missão de Paulo (At 13,2). Assim, longe de ser um fechamento da consciência sobre si mesma, a experiência do Espírito lança os homens para o mundo, infundindo neles força sobrenatural para realizar uma obra supra humana. Pois, não se separam nos Atos dos Apóstolos os dois aspectos do dom do Espírito: o Espírito é a presença do início do Reino de Deus e o Espírito é a força da missão, visto que a missão pertence aos últimos tempos, que são próprios do Espírito, onde há luta, trabalho e cansaço no meio da alegria.

Analisando a relação que Lucas faz com o “tempo da Igreja e o tempo do Espírito Santo” percebemos a grande associação que há entre a missão e o Espírito Santo. Com isso, lembramos o sacramento da Crisma como o Pentecostes atual do cristão, ou seja, ação serviçal da Igreja.

3.4 O QUE DIZ O VATICANO II A RESPEITO DO ESPÍRITO SANTO COMO

ALMA DA IGREJA?

Para mostrar que a Igreja é o Templo do Espírito Santo, ou seja, que o Espírito Santo atua permanentemente na Igreja e incide diretamente no seu agir, o Concílio Vaticano II afirma: “Consumada, pois, a obra que o Pai confiara ao Filho realizar na terra (cf. Jo 17, 4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes a fim de santificar perenemente a Igreja para que assim os crentes pudessem se aproximar do Pai, por Cristo, num mesmo Espírito (cf. Ef 2,18). Ele é o Espírito da vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4,14; 7,38-39). Por ele o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que em Cristo ressuscite seus corpos mortais (cf. Rm 8,10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3,16; 6,19). Neles ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4,6; Rm 8,15-16.26). Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total (cf. Jo 16,13). Unifica-a na comunhão e no ministério. Dota-a e dirige-a mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos. E adorna-a com seus frutos (cf. Ef 4,11-12;1Cor 12,4; Gl 5,22). Pela força do Evangelho ele rejuvenesce a Igreja, renovando-a perpetuamente e leva-a à perfeita união com seu esposo. Pois o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: ‘Vem’! (cf. Ap 22,17)”.

Este texto conciliar é considerado como sendo o texto dos “verbos do Espírito Santo”. Aqui se demonstra com mais afinco a atividade deste mesmo Espírito sobre a realidade eclesiológica, isto é, sobre a Igreja. É importante ressaltar que dentre as primeiras ações realizadas pelo Espírito Santo, na Igreja, o texto coloca em primeiro lugar a de “santificar perenemente” esta Igreja. Isto nos quer dizer que a Igreja, antes de tudo, é santificada pelo Espírito Santo, para daí continuar sua missão de anunciadora da Boa-Nova.

Portanto, a Igreja só poderá prosseguir a sua caminhada terrestre, como sinal sacramental de Cristo, se antes for santificada pelo Espírito Santo, pois as suas obras que não são inspiradas e santificadas pelo Espírito, tornam-se meramente humanas, sem valor algum. Depois de santificada, todos os outros verbos do Espírito Santo são manifestos e realizados, embora que numa dimensão temporal que não somos capazes de abstraí-los simultaneamente. Partindo destes princípios e reflexões não hesitamos em afirmar que a Igreja é verdadeiramente Templo do Espírito Santo e o seu serviço também é obra do Espírito.

3.5 O QUE DIZ O VATICANO II SOBRE O SERVIÇO DA IGREJA?

### 3.5.1 Da Igreja Triunfalista para Igreja Serviçal

Antes do Concílio Vaticano II, a Igreja foi marcada de modo exacerbado pelo *triunfalismo*, pois, principalmente, por ser o arauto do evangelho, ela assume um papel autoritário e proclama o evangelho de uma forma, às vezes, um tanto ou quanto, arrogante e pela imposição, como é o caso da evangelização da América Latina: evangelização pela “cruz e pela espada”( Eduardo HOORNAERT. História do Cristianismo na América Latina e no Caribe, pp.13-23). Contudo, após o citado Concílio, ela deixa de ser “triunfalista” para ser imitadora do Cristo que “lava os pés dos discípulos”.

A constituição pastoral sobre a Igreja no mundo, “Gaudium et Spes”, atesta:

[...] guiada pelo Espírito Santo ela (a Igreja) pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido (GS 3/204).

Com isso, o Concílio Vaticano II, irrompe uma inédita visão da Igreja: Igreja-serva. Tendo Cristo por seu fundamento, cabeça e protótipo no que concerne à evangelização, após o Vaticano II, segue o seu exemplo de que não veio só para proclamar o advento do reino, mas também veio para imolar-se por sua realização. Veio para servir, curar, reconciliar, atar feridas. Podemos dizer que Jesus é de um modo excepcional, o Bom Samaritano que a Igreja deve “encarnar” para ser verdadeiramente Igreja.

Por isso, a idéia mais viril que vigorou após o Vaticano II foi a de “diakonos”, ou seja, a Igreja que serve de diversos modos ao Reino de Deus, a exemplo daquele que “tomou a forma de servo (...) e esvaziou-se de si mesmo” (cf. Fl 2,7). Assim, a Igreja, se quiser conservar as características serviçais de Cristo – seu fundador - deve igualmente renunciar a todas reivindicações de poder, honras e coisas desse gênero; não deve governar pela força e sim atrair pelo amor.

Na verdade, o termo “servo”, atribuído à Igreja, precisa ser explicitado para melhor compreendamos a Igreja servidora apresentada pelo Vaticano II. O referido termo tem três designações: trabalho feito sob ordem, isto é, não livremente; trabalho dirigido mais ao bem dos outros do que à própria vantagem do trabalhador; e trabalho que é humilde e degradante (“servil”).

No primeiro destes sentidos, não se supõe que Cristo ou o cristão sejam os servos do mundo. Jesus é obediente, não ao mundo, mas ao Pai. É o servo de Deus, e nós também somos chamados servos de Deus. Paradoxalmente, o serviço de Deus, segundo o Novo testamento, conduz à liberdade própria de filhos, enquanto a recusa de servir a Deus conduz ao cativeiro do pecado. No segundo sentido, o termo “servo” pode e é aplicado ao cristão e a Cristo. Ele trabalha por amor e conseqüentemente para o verdadeiro bem do outro. No terceiro sentido também o serviço fica bem para o cristão. Como Jesus, somos chamados a lavar-nos mutuamente os pés.

Entretanto, o termo que é idôneo à Igreja, após o Vaticano II, é sem dúvida o da diakonia. De fato, o termo se aplica a todos os tipos de ministério, inclusive o ministério da Palavra, dos Sacramentos e da ajuda temporal. Todos os ministérios da Igreja são formas de DIAKONIA (Avery DULLES, p. 98-114), até mesmo o reger deve estar imbuído do espírito de serviço, caso contrário poderá ser uma ação contra a caridade.

Portanto, após o Vaticano II, a Igreja deixa de ser autoritária ou Triunfalista (ser mais servida que servidora) para servir, colocando toda sua autoridade no serviço, com diz o Decreto sobre a atividade missionária da Igreja - Ad Gentes 12/899: a Igreja “não reclama para si nenhuma outra autoridade que a de servir aos homens caridosa e fielmente, ajudada por Deus”.

**4 ESTRUTURA SERVIÇAL DA IGREJA**

## 4.1 A ESSÊNCIA SERVIÇAL DA IGREJA HIERÁRQUICA

A ***“****Hierarquia****”*** foi considerada como a única estrutura da Igreja, por muito tempo, antes do Concílio Vaticano II. De fato, quando se falada em Igreja, pensava-se logo na sua hierarquia, ou seja, bispos, padres e diáconos. Ainda hoje encontramos esta mentalidade nas pessoas menos esclarecidas. O l*eigo* era entendido em sentido negativo, ocupando um lugar prescindível, sobretudo, pela hierarquia que o tinha como “sujeito” passivo da Igreja.

O Concílio Vaticano II dá uma resposta muito clara a respeito do ministério eclesial ordenado. É o próprio Cristo a fonte do ministério na Igreja, que ao fundá-la deu-lhe autoridade, missão, orientação e finalidade. Sendo assim, o referido Concílio ensina:

Para apascentar e aumentar sempre o povo de Deus, Cristo Senhor instituiu em sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o povo de Deus... cheguem à salvação (LG 18/44).

Esta idéia de serviço torna-se oficial com a citada Constituição Dogmática LG sobre a Igreja, mas não é um pensamento novo, pois a eclesiologia de São Bernardo já tratava deste assunto da seguinte maneira:

o serviço, portanto, não se opõe à hierarquia, pelo contrário, ele é a sua alma, de modo que a hierarquia se não estiver a serviço da Igreja, perde completamente o seu sentido. Há na hierarquia homens constituídos em dignidade, que presidem e comandam, mas eles só devem trabalhar para ser úteis e servir, não para exercer o comando e usufruir a autoridade (Congar, p. 181).

A hierarquia da Igreja é considerada pelo Papa João Paulo II o cumprimento de uma promessa de Deus: “Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração” (Jr 3,15). Para ele, “a Igreja, o novo Povo de Deus, experimenta continuamente a realização deste anúncio profético e, na alegria, continua a dar graças ao Senhor” (Exortação Apostólica: PASTORES DABO VOBIS. nº 01).

Na verdade, a Igreja sem a sua hierarquia não teria condições de cumprir fielmente o que Cristo autorizou na fundação de sua Igreja. Sem ela, seria impossível cumprir as ordens: “Ide, pois, ensinai todas as nações...” (cf. Mt 28, 19-20) e “Fazei isto em minha memória” (cf. Lc 22, 19). Em outras palavras, a ordem de anunciar o Evangelho e de atualizar todos os dias o sacrifício de seu Corpo entregue e de seu Sangue derramado pela vida do mundo é obedecida através da hierarquia eclesiástica.

De fato, “Ninguém, nenhum indivíduo, nenhuma comunidade pode anunciar a si mesmo o Evangelho e ninguém pode dar a si mesmo o mandato de anunciar o Evangelho” (CIC 875). O apóstolo Paulo faz algumas indagações que enaltece a missão hierárquica da Igreja: “como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador? E como podem pregar se não forem enviados?” (Rm 10, 14-15). O enviado do Senhor fala e age não por autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo; não como membro da comunidade, mas falando a ela em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça; ela precisa ser dada e oferecida. Isto supõe ministros da graça autorizados e habilitados da parte de Cristo. Dele, os bispos e os presbíteros recebem a missão e a faculdade (o poder sagrado) de agir na pessoa de Cristo-Cabeça. Os diáconos estão configurados na mediação serviçal de Cristo para “*servir* ao Povo de Deus na *‘diaconia’* da liturgia, da palavra e da caridade em comunhão com o bispo e com o presbitério” (LG. 29/73).

## 4.2 A ESSÊNCIA SERVIÇAL DO LAICATO

O Concílio Vaticano II mudou radicalmente a visão a cerda do laicato, o que transformou automaticamente a concepção referente à estrutura da Igreja. Portanto, a partir do referido Concílio, “a estrutura da Igreja não é mais compreendida como sendo exclusivamente a hierarquia, mas além dela, o laicato” (Mysterium Salutis. A Igreja: vida e estrutura da Igreja. Vol. IV/6, p. 79).

 Com o intuito de expandir o valor do serviço laical na Igreja, o Papa João Paulo II escreveu:

os fiéis, e mais propriamente os LEIGOS, encontram-se na linha mais avançada da vida Igreja; para eles, a Igreja é princípio vital da sociedade humana. Por isso, eles, e sobretudo eles, devem ter a consciência, cada vez mais clara, não só de pertencerem à Igreja, mas de ser a Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis sobre a terra sob a guia do chefe comum, o Papa, e dos bispos em comunhão com ele. Eles são a Igreja... (Exortação apostólica: *Chistifidelis Laice,* nº 9/4).

### 4.2.1 Fundamento Teológico do Ministério Laical

Uma reta compreensão do fundamento teológico da missão dos leigos é algo indispensável para darmos a tônica principal no serviço eclesial. Sem esta compreensão corremos o risco de entender o ministério laical como um favor prestado pelos leigos à Igreja. Chegar a esta afirmação seria grande ignorância com relação ao Concílio Vaticano II.

Partimos do princípio de que o dever e o direito do apostolado dos leigos deriva da união destes com Cristo-Cabeça. Com efeito, inseridos no Corpo Místico de Cristo (que é a Igreja) pelo batismo e robustecidos pelos dons do Espírito Santo no sacramento da Crisma, os leigos recebem do próprio Senhor a delegação para o apostolado. De fato, assim como o Batismo, a Crisma também pertence à categoria das grandes obras de Deus:

Se o Batismo se radica no mistério da morte e ressurreição de Cristo, a Crisma tem sua base no mistério da efusão do Espírito no Pentecostes, que inaugurou o tempo da Igreja e a missão dos apóstolos e dos crentes no mundo (ROCCHETTA. 1991. p. 266).

Com base na teologia destes dois sacramentos, o Vaticano II afirma, usando as palavras do apóstolo Pedro, que os leigos **“são consagrados como sacerdócio real e povo santo” 1Pd 2,9-10:**

Mas vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa, vós que outrora não éreis povo, mas agora sois o Povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas, mas agora alcançastes misericórdia.

Para o exercício deste apostolado, o Espírito Santo, que opera a santificação do Povo de Deus pelo ministério e pelos sacramentos, reparte aos fiéis dons[[2]](#footnote-2) particulares (cf. 1Cor 12,7), “distribuindo-os a cada um conforme lhe apraz” (1Cor 12,11), a fim de que cada um, assim como recebeu a graça, pondo-a ao serviço dos outros, sejam também eles os “bons dispensadores da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10) para edificação de todo o Corpo na caridade. Da recepção destes carismas, ainda que os mais simples nascem para cada um dos fiéis o direito e o dever de, para o bem dos homens e edificação da Igreja, os exercerem na Igreja e no mundo. Esta missão é realizada na liberdade do Espírito Santo, “que sopra onde quer” (Jo 3,8), e simultaneamente em comunhão com os irmãos em Cristo, sobretudo com seus pastores, a quem pertence julgar a natureza genuína e do ordenado exercício dos mesmos, não certamente para extinguir o Espírito, mas para provar tudo e reter o que é bom (cf. 1Ts 5,12.19.21)”.

4.2.2 Crisma: O Pentecostes Atual do Cristão

Desde o Antigo Testamento, mesmo não sendo revelado como Pessoa, o dom do Espírito se manifesta e se expressa como força transformadora, que deixa os homens escolhidos pelo Senhor em condições de cumprir a missão para qual são enviados. Como exemplo podemos lembrar os juizes, os reis, os sacerdotes, os profetas. Mas é, sobretudo no Novo Testamento, com Cristo e a Igreja, que a ação do Espírito se manifesta e se cumpre em toda a sua plenitude, tendo em vista a manifestação e o prosseguimento do plano de salvação estabelecido pelo Pai e realizado na plenitude dos tempos pelo Filho Encarnado. O tempo da Igreja é o tempo do Espírito Santo. Ora, o sacramento da Crisma se insere nesta continuidade e nesse tempo como o sacramento da Plenitude do Espírito, que “confirma” o batizado e o compromete, em novas e mais responsáveis condições, a dá testemunho do Evangelho para a construção da Igreja e do Reino de Deus no mundo.

É válido salientar que a teofania do Jordão representa a inauguração da missão de Jesus. De igual modo, como já mencionamos acima, o evento de Pentecostes constitui a inauguração da missão da Igreja mundo. De fato, no dia de Pentecostes, a comunidade dos discípulos de Jesus recebeu a plenitude do Espírito em função da missão e da construção da Igreja no mundo. O Pentecostes realizou a promessa de Jesus: “O Espírito Santo descerá sobre vós e dele recebereis força. Sereis, então, minhas testemunhas (...) até os confins da terra” (At 1,8). Esse evento não concerne só aos apóstolos: a partir daquele momento, todos são chamados a ser plenificados pelo mesmo Espírito do Senhor, como recorda o próprio Pedro citando Joel: “Sucederá nos últimos dias, diz o Senhor, que derramarei o meu Espírito sobre toda a carne. Vossos filhos e vossas filhas profetizarão” (At 2, 17-21).

Dentro da economia da salvação, podemos dizer que estamos no tempo da Igreja, que é o tempo do Espírito Santo, conforme já mencionamos anteriormente. Nesta economia, cada cristão deve ser plenificado com o Espírito e envolvido na missão decisiva realizada por Cristo. Isto é realizado na vida do batizado pelo ministério da Igreja que tem o poder de conferir o Espírito, dom de Deus, pela imposição das mãos e pela Palavra (cf. At 19,6). Neste sentido, o sacramento da Crisma constitui, a justo título, o Pentecostes atual do cristianismo:

Aquilo que se operou na Igreja no dia de Pentecostes agora se realiza para cada batizado no sacramento da Crisma: trata-se de réplica no plano individual, como prolongamento do processo verificado em Cristo (na investidura messiânica do Jordão) e na Igreja (na investidura universal de Pentecostes). A Crisma torna o mistério de Pentecostes visível e pessoal no batizado [...]. O Espírito não desce mais de forma visível e extraordinária, mas é comunicado e transmitido por aqueles que são os sucessores dos apóstolos por meio de um sinal sacramental. Deste modo o crismado entra na história da salvação e dela se torna protagonista, testemunha. A justo título, portanto, a Crisma pode ser considerada como o Pentecostes do cristão (ROCCHETTA. 1991. p. 278).

O concílio Vaticano II apresenta o sacramento da Crisma com as três dimensões de Pentecostes: eclesial, pneumatológico e profético:

os batizados, com o sacramento da Crisma, são vinculados mais perfeitamente à Igreja, são enriquecidos com a força especial do Espírito Santo e, desse modo, são mais estreitamente compromissados a difundir e defender a fé com palavras e obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo (LG 11/29).

Sendo assim, fica claro que a índole própria da Crisma é a missão, donde podemos afirmar que:

É o sacramento que leva a plenitude os dons do batismo e realiza um crescimento em conformidade com o ‘Cristo ungido pelo Espírito’ e na participação na vida e na missão da Igreja no mundo. Portanto, a Crisma é o sacramento da plenitude: plenitude de comunhão eclesial, plenitude de Espírito e plenitude de testemunho (ROCCHETTA. 1991. p. 278).

4.2.3 Valorização do Serviço Laical

No século XIX, uma mobilização espontânea do Laicato católico na Europa procura superar o estranhamento da Igreja em relação aos problemas do momento, principalmente, no plano social. Tal mobilização irrompeu, da assim chamada **ação católica**, que na época saiu da teoria para prática. Daí, o “Laicato é assim uma faixa cristã que escorrega do anonimato” (Giuseppe Albérigo, A Igreja na História, pp. 24-25) para ocupar o seu fidedigno lugar na Igreja, isto é, de “ser Igreja”. Por isso, tendo este precedente, o Laicato teve a sua Justa valorização e seu devido lugar com o Concílio Vaticano II, no qual se encontra a preeminente distinção entre o Sacerdócio Ministerial (Hierarquia) e o Comum (laicato), assim exprimindo:

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo. O sacerdote ministerial, pelo poder sagrado de que goza, forma e rege o Povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico na pessoa de Cristo e O oferece a Deus em nome todo povo. Os fiéis, no entanto, em virtude do seu sacerdócio régio, concorrem na oblação da Eucaristia e O exercem na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho de uma vida santa, na abnegação e na caridade ativa (LG 10/280).

Com isso, fica claro que o sacerdócio comum participa do sacerdócio real e universal de Cristo, enquanto membro, e o Ministerial enquanto capitalidade. Portanto, a distinção que há entre o sacerdócio ministerial e o comum, não significa separação, ou pelo menos não tem esta finalidade, mas é para que melhor haja união: sendo o primeiro servidor do último e este colaborador indispensável do Reino de Deus e, portanto, do Cristo-Cabeça, representado pelo primeiro.

Dito isto, entraremos naquilo que aqui nos interessa: valorização do leigo. A Constituição dogmática sobre a Igreja, “Lumem Gentium”, define os Leigos como sendo aqueles fiéis que:

Pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no Povo de Deus e a seu modo, feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo (LG 31/76).

Esta designação positiva do laicato é positivada ainda mais na mesma constituição, onde se propugna a promoção e incentivo às atividades dos leigos, pela Hierarquia:

Os pastores sagrados sabem perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda Igreja. Sabem também [os pastores] que não foram instituídos por Cristo a fim de assumirem sozinhos toda missão salvífica da Igreja no mundo. Seu preclaro múnus é apascentar de tal forma os fiéis e reconhecer suas atribuições e carismas, que todos, a seu modo, cooperem unanimemente na Obra comum (LG 30/75).

Com isso, o Leigo deixa de ocupar um lugar secundário na Igreja para ocupar o seu legítimo lugar, que é de “ser Igreja”, membros ativos e não passivos, como em séculos anteriores foi considerado.

Na verdade, não podemos dizer que a valorização do laicato, pelo Vaticano II, está simplesmente no fato da sua distinção da Hierarquia ou na distribuição das tarefas para livrar a Igreja hierárquica de uma centralização nos trabalhos pastorais. Aqui entra em consideração o aprofundamento da compreensão teológica dos sacramentos da iniciação cristã, sobretudo quando se trata do Batismo e da Crisma, conforme tratamos anteriormente, na fundamentação teológica do ministério laical. Contudo, ainda faço questão de lembrar que pelo batismo o fiel recebe o Espírito da filiação divina e pela Crisma recebe o Espírito da missão, tornando-se testemunha de Cristo. De fato, é necessário estar ligado a Cristo pelo batismo, a exemplo dos ramos ligados à árvore, pois Hierarquia e Laicato não terão importância ou valor se não estiverem vinculados a Cristo. Ele mesmo afirmou: “Eu sou a videira e vós os ramos” (Jo 19,5) e deu o ultimato no fato da dependência dEle naquilo que a Igreja, tanto Hierarquia e Laicato, for fazer, dizendo: “Sem mim nada podeis fazer” ( Jo 15,5b). Além de pertencermos a Ele, por nos ter conquistado pelo derramamento do Seu Sangue Precioso, toda Igreja, tem como máximo protótipo o Cristo Mediador-Serviçal, o exemplo de serviço em alto grau, donde atesta a LG 36/91 “Servir é reinar”.

4.3 CONCEITO DE SERVIÇO DOS SANTOS: ÉPOCA PATRÍSTICA E IDADE MÉDIA

### 4.3.1 Conceito de Serviço da Vida Religiosa na Época Patrística

Neste período, monges e virgens consagradas eram designados como servos e servas de Deus, pois eram consagrados essencialmente para o serviço de Deus, como também ao serviço da Igreja e do mundo: seu serviço divino se desenvolve e se exprime mo serviço eclesial e humano. Foi assim que os primeiros fundadores do monarquismo antigo entenderam a vida religiosa. Vejamos o pensamento dos grandes expoentes desta época:

 **Santo Antão –** o monge é fundamentalmente servo do Senhor e sua vida consiste essencialmente em servir ao Senhor como servo de Cristo. Este testemunho foi deixado por Santo Atanásio, o ilustre biógrafo do primeiro anacoreta cristão, tornando-se pai do monarquismo antigo. Ele não deixa dúvidas de que a vida monástica é, fundamentalmente um serviço divino.

**São Basílio –** também prescreve, em suas regras monásticas, que os monges devem servir a Deus com o desejo total de agradá-lo em tudo, acrescentando que também devemos servir nossos irmãos e considerar tal serviço como se oferecido ao próprio Senhor.

**Santo Agostinho –** este é mais explicito a este respeito. No contexto de sua eclesiologia de serviço, de seu conceito sobre a Igreja como serva de Deus e de Cristo, também em seu conceito eclesiológico sobre a vida monástica, diz que “tanto o monge quanto a virgem consagrada servem a Deus com o serviço livre e de coração íntegro. Tal conceito serviçal da vida consagrada é constantemente formulado por Santo Agostinho em seus escritos: “se as virgens consagradas são servas de Cristo e servas de Deus porque servem a Deus com o zelo e a castidade, também os monges são servos de Deus e servos de Cristo, pois abandonaram a malícia deste mundo para servir somente a Deus e, nesse serviço divino, servir também aos irmãos, a cujas necessidades devem serviçalmente atender”. A idéia de serviço estava tão forte em Agostinho, que ele prescreve em sua regra: “obedeçam àqueles que os preside como a um pai o qual, por sua vez, na realização do seu ofício de presidir, deve considerar-se feliz não tanto por mandar com autoridade como por servir por amor”.

**São Bento –** também teve semelhante conceito serviçal sobre a vida monástica: definiu-a como uma escola de serviço, devendo este, marcar profundamente a vida dos monges beneditinos e daqueles que professam o santo serviço divino, pois toda a vida de um monge é um serviço.

### 4.3.2 Conceito de Serviço da Vida Religiosa na Idade Média

O conceito serviçal do monarquismo antigo foi prolongado pelos grandes fundadores de Ordens e Congregações Religiosas. Eis os mais influentes deste período:

**Francisco de Assis** – fundou sua ordem para que os irmãos sigam Cristo na radicalidade do Evangelho. A vida deles deve ser repleta do Espírito serviçal do Senhor, que veio para servir. Por isso, as comunidades franciscanas são presididas pelos ministros, ou seja, por aqueles que são os servos dos frades e estes, em sua vida comunitária, devem seguir o exemplo serviçal do Cristo (cf. Jo 13,5-15) lavando os pés uns dos outros e, onde quer que se encontrem para servir ou trabalhar devem se sentir menores e súditos de todos os que moram na mesma casa. O amor de Francisco pela Igreja fez com que a sua idéia serviçal continuasse viva até os dias atuais. Aqui está exatamente a diferença de uma visão de serviço à uma visão egoísta como foi a de Lutero. Este não tinha, obviamente o mesmo espírito serviçal de Francisco, uma vez que não pensou no bem comum da Igreja. Ao Invés estava mais preocupado em acusar, descobrir culpados para os erros teológicos do momento do que prestar um serviço à Igreja de Deus.

**São Domingos de Gusmão** – foi movido pelo mesmo espírito serviçal que moveu S. Francisco, de modo que os dominicanos têm como finalidade primordial servir à pregação e à salvação das almas.

**Santo Inácio de Loyola –** fundou a companhia de Jesus com um forte propósito de servir a Deus e aos homens. A finalidade da Companhia é não somente buscar a própria salvação e perfeição, mas também procurar ajudar o próximo, de modo que os irmãos vivam mirando sempre ao maior serviço divino.

**Santa Teresa de Jesus –** esta carmelitana foi gravemente influenciada pelo espírito serviçal que a motivou a fazer uma reforma em sua Ordem. Ela chama os religiosos e religiosas de servos e servas de Deus. A finalidade primordial confiada por ela a seus mosteiros é a de melhor servir a Deus, pois assim se expressa: “estas tuas servas, Senhor, o que desejam, senão servir-te"?

4.4 PAULO APOSTOLO COMO MODELO DE SERVIÇO

**4.4.1 A Identidade de Apóstolo e de Servo**

Paulo é o único nome que o Apóstolo usa para si mesmo nas suas Cartas autênticas ou que é usado em referência a ele. É Lucas que, no Livro dos Atos dos Apóstolos, fala de outro nome, Saulo, na forma grega de Saûlos (At 7,58; 8,1.3; 9,1.8.11.22.24; 11,25.30; 12,25; 13,1.2.7.9).

Dizer Paulo é dizer o Apóstolo Paulo. De fato, Apóstolo (apóstolos) é o título que Paulo descreve mais vezes ao seu nome Paulo (Paûlos), na apresentação (titulatio) das suas Cartas: Apenas não faz alusao ao titulo nas Cartas aos Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Filémon, abaixo veremos a seguir com mais detalhes, com o nome e os títulos em destaque:

- PAULO, SERVO de Cristo Jesus (doûlos Christoû Iêsoû), chamado APÓSTOLO, separado (aphôrisménos: part. perf. pass. de aphorízô) para o Evangelho de Deus” (Rm 1,1).

- “PAULO, chamado APÓSTOLO de Cristo Jesus (apóstolos Christoû Iêsoû), por vontade de Deus…” (1 Cor 1,1).

- “PAULO e Timóteo, SERVOS de Cristo Jesus (doûloi Christôu Iêsoû)…” (Fl 1,1).

- “PAULO, SERVO de Deus, APÓSTOLO de Jesus Cristo (apóstolos Iêsoû Christoû)…” (Tt 1,1).

- “PAULO, PRISIONEIRO de Cristo Jesus (désmios Christoû Iêsoû)…” (Flm 1).

Nas suas Cartas, Paulo nunca usa o título de apóstolo para designar apenas o grupo estrito dos doze. Em contrapartida, Lucas nos Atos dos Apóstolos emprega-o muitas vezes e exclusivamente para designar o grupo dos doze, não o aplicando a Paulo, com a exceção de At 14,4 e 14, onde Barnabé e Paulo são também chamados de apóstolos, caso difícil de explicar, mas em que pode dar-se ao título apenas o sentido de enviados pela comunidade (de Antioquia). Lucas é um admirador apaixonado e entusiasta de Paulo, em quem vê o principal representante e o símbolo da grande segunda geração cristã de quem ele e os seus amigos se reconhecem devedores. O motivo deve-se simplesmente aos requisitos apresentados em At 1,21-22, que definem como “apóstolo” aquele que tenha seguido conosco atrás de Jesus desde o seu Batismo até à sua Ascensão aos céus:

É necessário (deî), pois, que, dos homens que vieram conosco (synérchomai) durante todo o tempo em que entrou e saiu à nossa frente o Senhor Jesus, tendo começado desde o Baptismo de João até ao dia em que Ele foi arrebatado (anelêmphthê) diante de nós, um destes se torne connosco testemunha da sua Ressurreição (At 1,21-22).

E para ilustrarmos melhor esta aliança que une estreitamento a vida do apóstolo à de Cristo – Paulo de Cristo –, veja-se este texto do IV Evangelho: “Disse-lhes então Jesus outra vez: “A paz convosco! Como (kathôs) me enviou (apéstalken: perf. de apostéllô) o Pai, também Eu vos mando ir (pémpô)” (Jo 20,21).

  Como em muitas outras passagens, a missão do apostolo Paulo está no presente. O presente da missão aparece, portanto, agregado à missão de Jesus. Nós implicados e imbricados n’Ele e na missão d’Ele. E aquele como define o estilo da nossa missão de acordo com o estilo da missão de Jesus, que nos ama descendo ao nosso nível.

Neste sentido, vemos Paulo subordinando o seu apostolado à graça, ou seja, todo seu apostolado decorre da graça e dela é efeito (Rm 1, 4-5): (…) de Jesus Cristo, o Senhor nosso, por quem recebemos a graça e o apostolado (cháris kaì apostolê).

  A sobreposição dos dois títulos entrelaçados (servo e apóstolo) em Rm 1,1 ajuda a compreender que Paulo se vê a si a mesmo como apóstolo enquanto servo totalmente dedicado a Cristo e por ele enviado.

Vejamos mais de perto uma das mais belas páginas em que Paulo registra o seu serviço:

Começamos novamente a recomendar-nos a nós mesmos? Será que temos necessidade, como alguns, de cartas de recomendação para vós ou da vossa parte? A nossa carta sois vós, escrita (eggegramménê: part. perf. pass. de eggráphô) nos nossos corações, conhecida e lida por todos os homens, sendo manifesto que sois a carta de Cristo servida (diakonêtheîsa: part. aor. pass. de diakonéô) por nós (hyph’ hêmôn), escrita (eggegramménê), não com tinta, mas com o Espírito do Deus vivo, não sobre tábuas de pedra, mas sobre tábuas que são corações de carne (2 Cor 3,1-3).

Todo o relevo para a carta de Cristo escrita para sempre nos nossos corações. Paulo assume apenas o papel de “servidor”, de quem faz um trabalho humilde, mas belo, de transcrição.

**5 CONCLUSÃO**

O conceito de Igreja que nos foi apresentado é básico para uma compreensão adequada do cristianismo. Se não for bíblico o fundamento sobre o qual se descansa a noção de Igreja e com base na Tradição, facilmente se incorrerá, como assim tem demonstrado a história do cristianismo, em certos erros doutrinários de lamentáveis conseqüências.

A Igreja sendo visível e espiritual: sob esta designação de visível e espiritual não nos referimos a varias igrejas ou comunidades eclesiais, a Igreja exibe um caráter duplo: por um lado é invisível, a saber, ela escapa e vai muito além do que é sensível; por outro lado, a Igreja de Cristo se exterioriza em agrupações e assembléias visíveis ao olho humano. Estes dois aspectos – visível e invisível -, sob os quais se nos apresenta a Igreja nas Escrituras, Tradição e Magistério, são básicos para uma compreensão bíblica da natureza da Igreja.

Ficou bem claro que em Jesus, Deus nos disse tudo que pretendia dizer-nos, de modo que já não devemos esperar por nenhuma revelação pública. E quis o Senhor que a Igreja fosse governada pelo sucessor de Pedro, foi fundada por Cristo para difundir entre os povos a verdade e a graça de sua Revelação. Sim, a Igreja, como sempre ensinou a Tradição, é inseparável de Cristo, pois Ele quer comunicar-nos os frutos de sua obra redentora por meio dela.

Neste trabalho monográfico deu-nos a entendemos que a Igreja não é um mero acessório no Cristianismo, mas elemento essencial. Por sábia disposição divina, a salvação se dá sob uma economia que bem podemos chamar de sacramental, isto é, Deus houve por bem comunicar-nos sua graça por meio de sinais sensíveis, o que é bem ao modo da natureza humana, natureza essa que não é puro espírito, mas a um só tempo, consta de espírito e matéria.

O Concílio Vaticano II, quis ensinar esta mesma doutrina, o que se depreende dos dizeres seguintes: "[...] a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano [...]" (Lumen Gentium, n. 1); e também, de modo ainda mais claro: E no número 8 a mesma Constituição dogmática ensina ainda que a Igreja de Cristo é única e subsiste na (subsistit in) Igreja Católica entregue a Pedro e seus sucessores.

 À Igreja cabe, portanto, um papel central no plano da salvação, em virtude da disposição de Deus. Tendo partindo da eclesiologia do Concílio Vaticano II na Constituição Dogmática Lumen Gentium, é colocada em relevo a imagem bíblica “Povo de Deus” que designa a Igreja e apresenta os fundamentos da igualdade em dignidade de todos os batizados habilitando-os a exercer o sacerdócio comum dos fiéis, base do exercício da co-responsabilidade .

Portanto, se encontram: Um estudo bíblico-teológico das características do Povo de Israel que deu origem à Igreja, Novo Povo de Deus. As duas são comunidades com natureza identidade, vocação e missão específicas segundo o designo de Deus. O que resulta em capacidades peculiares de seus membros.

**REFERÊNCIAS**

ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História do Concílio Vaticano II.* Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *História dos Concílios Ecumênicos.* São Paulo: Paulus, 1995.

BARAUNA, Luiz João. *Dicionário de Teologia Fundamental.* Petrópolis, RJ: Vozes; Aparecida, SP: Santuário, 1994.

BARTMANN, Bernardo*. Teologia Dogmática, 1,2,3 vol,* Ed. Paulinas, SP, 1964

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, (orgs.). *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2000.

COLLANTES, Justo (org.). *A fé católica: documentos do Magistério da Igreja: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Lumen Chsriti; Anápolis: Diocese de Anápolis, 2003.

*Compêndio do Concílio Vaticano II.* Petrópolis: Editora Vozes. 1991.

Congregação para a Doutrina da Fé. *Carta Communionis notio (28-V-1992) e Declaração*

DENZINGER, Heinrich; HUNERMANN, Peter*. Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral.* São Paulo: Paulinas, 2007.

DULLES, Avery. *A Igreja e seus modelos.* São Paulo: Paulinas, 1978

FORTE, Bruno. *Igreja, ícone da Trindade*. São Paulo: Loyola, 1987.

FRIES, Heinrich. *Dicionário de Teologia: Educação-Imortalidade*. São Paulo, Loyola, 1970.

HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe.* São Paulo, Paulus, 1994.

http://www.benedictusdespinoza.pro.br/Cadernos\_Resumo\_II\_Coloquio\_Spinoza\_2009.pdf

IGREJA CATÓLICA. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Papa (1978-2005 : João Paulo II*). Encíclicas Redemptoris Missio (7-XII-1990).*

KLOPPENBURG, Boaventura. *A Eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Minha *Igreja*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONDIN, Battista. As novas eclesiologias. São Paulo: Paulinas, 1984.

Mysterium Salutis. *A Igreja: vida e estrutura da Igreja*. Vozes, Petrópolis, 1975.

PAULO II, João. *A Igreja: 51 Catequeses do Papa sobre a Igreja*. Ed. Cléofas, Lorena, 2001.

PUEBLA - *III Conferência Geral do CELAM de l979*, São Paulo: Paulus, 1998.

RATZINGER, Joseph. *Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão.* Petrópolis: Vozes, 1992.

ROCCHETTA, Carlo. *Os Sacramentos da Fé*. Sao Paulo: Paulinas, 1991

ROWER, Basílio. *Dicionário Litúrgico.* Petrópolis: Vozes, 1947.

SABUGAL, Santos. *A Igreja Serva de Deus.* Resumo das páginas*.* São Paulo: Paulus, 1997

SCHILLEBEECKX, Edward. *Por uma Igreja mais Humana*. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SARTORE, Domenico; TRIACCA, M. Achille (orgs.). *Dicionário de Liturgia.* São Paulo: Paulus, 1992.

1. Para Lucas, a primeira vinda do Espírito Santo foi na Encarnação do Verbo. Isto quando se trata da ação do Espírito Santo no Novo Testamento. [↑](#footnote-ref-1)
2. Neste sentido, dons significam carismas. [↑](#footnote-ref-2)